

# Administração política: ensino, pesquisa e prática

**Elinaldo Leal Santos**

**Elizabeth Matos Ribeiro**

**Fábio Guedes Gomes**

**Reginaldo Souza Santos**

Estamos às vésperas da terceira década do Século XXI e constatamos o aprofundamento dos problemas que emergiram no século passado, oriundos das crises dos padrões de gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo, sejam evidenciados pelas limitações dos modos de produção da economia global e nacionais, seja pelas limitações dos modos de administrar a sociedade e as organizações (públicas, privadas e sociais). Se há três décadas vivíamos a grande expectativa do ingresso no novo milênio, esperançosos, pois, da chegada de um “mundo” melhor, mais digno para a humanidade e que refletisse as qualidades advindas dos avanços tecnológicos que seriam alcançados pelo progresso introduzido pelo novo e revolucionário modo de



produção capitalista, baseado na gestão do conhecimento e das novas e múltiplas inteligências (humanas e artificiais), a realidade tem nos revelado o contrário desse ideário. Constatamos que, além das novas promessas não terem conseguido responder aos velhos e novos problemas e desafios sociais e materiais, essa situação tem contribuído para aprofundar, ainda mais, as assimetrias perpetradas pelo que aqui denominamos padrão da Administração Política do Capitalismo Contemporâneo.

Se tomarmos como base para a análise da realidade atual a interpretação feita por Eric Hobsbawm (1995) dos eventos históricos que permearam o contexto do Século XX, ao fazer alusão à expressão defendida pelo autor, ou seja, “o breve Século XX” – ressaltando que os eventos que marcaram aquele período foram consumidos pelas duas guerras mundiais, entremeadas pela Crise de 1929 e pela guerra civil espanhola, e que alcançam a queda do Muro de Berlim no início dos anos de 1990 – podemos considerar que os pressupostos defendidos por Eric Hobsbawm, no seu ensaio-síntese sobre o curto Século XX, não conseguem dar conta da interpretação que a atualidade nos impõe. Naturalmente, a historiografia crítica que nos brindou com os estudos realizados pelo citado autor tem fundamentos consistentes para comprovar os argumentos que registram os fortes contrastes que marcaram a história do século passado. Se incorporarmos a esse complexo inventário o evento traumático que inaugura a história do Século

XXI, a “derrubada das torres gêmeas” nos EUA, em 2001, isso nos permite concluir que tem prevalecido uma visão reformista, de perfil neokantiano, das relações sociais, a mesma que fundamentou as bases das concertações sociais estabelecidas no século anterior. Essa conclusão não se altera com a inclusão dos movimentos socialistas que se consolidam na formação da URSS, visto que a formação dos dois blocos (capitalista, liderado pelos EUA, e o socialista, liderado pela Rússia) revelou a manutenção dos mesmos padrões de conservadorismo no estabelecimento das relações com as nações “periféricas” que passaram a assumir o papel de exportadoras de matérias-primas para garantir a manutenção da produção de tecnologias para as nações líderes.

Ao tomar como base interpretativa a visão crítica, para entender os problemas, desafios e perspectivas da sociedade atual (inaugurada no Século XXI), observa-se o rápido desvanecimento das esperanças depositadas no ‘novo milênio’. A grande expectativa criada muito mais pelas promessas das novas tecnologias e da gestão do conhecimento em âmbito global se dilui rapidamente diante das evidências de inúmeros acontecimentos internacionais, nacionais e locais que nos fazem remontar às análises feitas por Eric Hobsbawm. Esse grande historiador, conforme destacado anteriormente, já alertava que o Século XX teria sido um dos mais violentos e atroz da história humana. Se os dados confirmam, infelizmente essa interpretação suscita as perguntas que temos que fazer aqui, sendo as

seguintes: *O que nos levaria, então, a acreditar que o século XXI seguiria uma trajetória distinta? Por que a esperança de construirmos um mundo melhor, colocada sempre em primeiro plano, supera nossos instintos pessimistas?* Uma primeira aproximação para responder a essas questões nos coloca diante do comportamento do ser humano em projetar no futuro seus sonhos, suas virtualidades e as expectativas de dias melhores. Outra perspectiva que pode nos ajudar a responder talvez encontre respaldo na ideologia construída, inclusive com apoio da ciência, que colabora para encobrir (colorir ou calar) o presente, lançando possibilidades de soluções para um futuro incerto.

Talvez uma das áreas das ciências que mais contribui para o empobrecimento dessas perspectivas festivas ou superficiais, a fim de possibilitar que a sociedade consiga enxergar o presente e prospectar seu futuro, com base em leituras de uma realidade concreta, seja a das ciências sociais, nela incluídas as Ciências Sociais Aplicadas (especialmente a Economia e a Administração). Esse esforço ideológico revela, pois, a perpetuação histórica de uma contínua armadilha montada para ganhar corações e mentes, revelando uma fé ilusória na defesa da conservação das estruturas sociais vigentes. Essa afirmação pode ser comprovada mediante a preservação dos métodos de avaliação do comportamento humano e social de maneira “a-histórica”, acrítica e atomista, caracterizando uma interpretação descontextualizada dos processos sociais que

têm revelado o objetivo de preservar a leitura individual como determinante das ações coletivas. Como tem sido censurada por diversos estudiosos críticos, de diversas áreas do conhecimento, essa tendência conservadora de interpretar as sociedades parece servir tão somente para preservar uma visão histórica fragmentada e fragmentária de sociedade. Esse esforço ideológico tem sido, infelizmente, dominante – o que determina o aprofundamento das desconexões dos atores sociais no processo de formação dos coletivos de sua própria formação.

Ora, essa constatação nos permite afirmar que, ao contrário do que fizeram alguns pensadores iluministas que se rebelaram contra o “estado das coisas” do mundo feudal, fundado, administrado e dominado pela Igreja Católica, o pensamento predominante das ciências sociais de matriz positivista e, em especial, das Ciências Sociais Aplicadas, principalmente a Economia e a Administração, reforça e justifica essa (des)ordem econômica, política e social vigente. Evidencia-se, portanto, a determinante influência reformista que tem sustentado a suficiência do esforço pelo aperfeiçoamento dos principais elementos que têm garantido a ordem social vigente, assumindo a bandeira de que o progresso será alcançado em sua plenitude sem a necessidade de promover transformações radicais nas estruturas sociais e institucionais “hegemônicas”, desde a concepção e consolidação do Estado Moderno (em suas manifestações monárquicas e liberais). O apego à defesa da ordem natural do



Estado e do Mercado, como instituições responsáveis pela estabilidade das relações sociais de produção, não abre qualquer espaço para alternativas distintas desse roteiro de desenvolvimento social concebido de forma linear. Para essa interpretação conservadora, a trajetória recente da história moderna e contemporânea da humanidade (especialmente a de origem ocidental) já alcançou seu *grand finale*, mediante a consagração do modelo de sistema político republicano que conseguiu a façanha de defender a convergência formal entre os princípios da igualdade (próprios dos regimes democráticos) e os princípios da liberdade (base fundamental da ordem econômica e política liberal) através da criação do Estado de Direito, baseado na igualdade formal dos direitos.

Até aqui se registrou apenas o domínio do pensamento conservador que tem exercido forte influência nas mentes humanas até os dias atuais. Mas não se pode contar a história da humanidade com base em uma única e monótona perspectiva. Felizmente, a historiografia tem revelado diversos e significativos outros ângulos de observação dessa complexa e instigante trajetória. O que nos permite afirmar, como fizeram, de forma consistente, os filósofos gregos e seus muitos seguidores, que não existe verdade absoluta; em conformidade com esse axioma, tem sido possível demonstrar, por diversos olhares, que, quando se trata das relações humanas e outras derivadas desse processo (como as organizações), tudo é relativizado. Como afirmaram diversos sábios do pensamento grego



clássico, Heráclito de Éfeso, ecoado por Sócrates, Platão e Aristóteles, e que chegou até nós através do pensamento de diversos autores críticos, como Rousseau, Engels e Marx, dentre outros, “a história é um eterno devir”, ou seja, está por fazer-se e reconstruir-se permanentemente. Em outras palavras, o que Heráclito quis ressaltar foi que “A única coisa que não muda é que tudo muda”. É nesse contexto de análise crítica que os estudos da Administração Política ganham relevância, visto tratar-se de uma proposta teórica, metodológica e também propositiva, orientadora de novas ações políticas e técnicas por parte dos cidadãos, dos profissionais (de diversas competências) e dos homens públicos, dirigidas para alcançar o bem-estar da sociedade e, por consequência, dos indivíduos.

Abordar as reflexões tratados no início desta apresentação, na perspectiva da Administração Política, significa admitir, em primeiro lugar, que se entende por administração ações que avançam nos aspectos meramente técnicos que têm sido defendidos e difundidos, desde os idos de 1911, quando Taylor publicou sua mais conhecida obra: *Princípios da Administração Científica*. Utilizando uma definição despretensiosa e modesta, defendida nos idos dos anos de 1968 pelo nosso saudoso e imortal João Ubaldo Ribeiro (Ribeiro, 2006, p. 189), entendemos a administração como um campo científico integrado às Ciências Sociais e que assume essa característica não por tratar apenas dos aspectos técnicos – próprios do fazer

administrativo racional ou instrumental, conforme admitido pelos defensores da Administração Científica – mas, essencialmente, por “operar com indivíduos e grupos sociais” (Ribeiro, 2006, p. 189). Ao defender a Administração Política como campo do conhecimento, entendemos do mesmo modo que João Ubaldo, ou seja, que o administrador não se situa como um técnico, mas “[...] como uma categoria especial de cientista: o humanista, praticante da ciência social, intérprete da realidade e agente de mudança” (Ribeiro, 2006, p. 189).

Se João Ubaldo vai iniciar essa discussão em 1968, ao buscar articular o conceito de Administração ao de Política (Ciência Social), escrevendo um trabalho como ele mesmo caracterizou de material didático, elaborado para orientar a formação dos estudantes de administração da UFBA, Santos e Ribeiro, a partir de 1993, vão aprofundar essa reflexão para caminhos mais consistentes para consagrar a Administração como Campo Científico. Com esse propósito, os autores vão publicar o primeiro estudo despretensioso e especulativo sobre o tema, investindo naquela oportunidade em uma reflexão que comprovasse evidências empíricas do que viriam a caracterizar de Administração Política Brasileira, para, em um momento posterior, identificar outros estudos sobre essa abordagem. Mas será necessário refletir por uns dez anos mais, a fim de amadurecer a teoria através de um denso projeto de pesquisa epistêmico, metodológico e praxiológico, possibilitando lançar as primeiras publicações sobre o tema: a coletânea



*Administração Política como Campo do Conhecimento* (2004), o ensaio *Bases Teóricas e Metodológicas da Administração Política* (2009) e a *Revista Brasileira de Administração Política (REBAP)*, publicada também em 2009, com o compromisso de ser um espaço crítico no campo da Administração e áreas correlatas, assim como se destaca a *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*.

É, portanto, com essa convergência de ideais acadêmicas, sociais e de linhas editoriais fundadas em princípios críticos e com o compromisso de contribuir para a produção de estudos científicos e empíricos que se torna possível ao campo da administração e aos administradores (profissionais e outros atores sociais interessados) não apenas operar ou refletir sobre os fenômenos administrativos, mas que avancem esses limites para alcançarem, assim, as transformações sociais e organizacionais. Conforme destacado no início deste preâmbulo, as evidências explícitas e implícitas do agravamento das condições sub-humanas que a maioria da população mundial, de forma geral, e brasileira, de forma particular, tem vivido nos últimos dois séculos exigem atitudes mais ousadas e propositivas que possam contribuir, efetivamente, para reinterpretar de forma crítica os fenômenos sociais e organizacionais, mas que apontem alternativas concretas para sua superação. Se concordamos com Heráclito, quando afirmou que a “história é um eterno devir”, devemos assumir que o movimento intelectual e político da Administração Política exige atitudes concretas por parte

dos acadêmicos que lideram essa discussão, no sentido de ampliar os estudos e debates sobre o tema, que estão, ainda, restritos a um grupo importante de pesquisadores, estudantes e profissionais da Escola de Administração da UFBA e de diversas outras instituições que integram a ampla Rede de Administração Política e, mais recentemente, a Associação Brasileira de Administração Política (ABAP).

Assim, a chamada de trabalhos para dossiês temáticos, realizada pelo Conselho Editorial da Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, possibilitou a esse amplo, diverso e competente grupo de estudiosos críticos que integram a Rede de Administração Política participar de um número especial tão bem recebido e sucedido. Ao abrir esse espaço especial, Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade revela seu compromisso não apenas com a produção de estudos críticos em administração, mas também demonstra interesse em ampliar o espaço de diálogo entre abordagens distintas, ainda que complementares, sobre o pensamento crítico em administração ou nos estudos organizacionais. Uma visão crítica, em nossa compreensão, perpassa por uma maneira particular de analisar, compreender, avaliar, ressignificar e, também, propor diferentes perspectivas de administrar o capitalismo global, o capitalismo nacional e regional, sempre observando o alcance das finalidades das relações

sociais de produção, circulação, distribuição e consumo e não apenas seus meios (especialmente os vinculados aos princípios da racionalidade instrumental).

É com essa propositura que apresentamos à comunidade científica o dossiê temático da Administração Política, um subcampo da Administração cuja finalidade consiste em *observar, descrever, explicar, evidenciar, criticar, normatizar e propor* soluções aos modelos administrativos e organizacionais vigentes, de modo a garantir o bem-estar da sociedade.

O dossiê *Administração Política: ensino, pesquisa e prática*, aqui disponibilizado, estar estruturado nos seguintes trabalhos:

- *O ensino da administração política no Brasil: conteúdos, relatos e perspectivas;*
- *Administração política e novo-desenvolvimentismo: alternativas ou continuidade?*
- *Administração política: por uma agenda de pesquisa marxista;*
- *A superexploração da força de trabalho no Brasil: contribuições para a Administração Política e o entendimento da particularidade do capitalismo brasileiro.*

O primeiro trabalho explora o movimento liderado pelo Curso de Bacharelado em Administração da Universidade Federal da Bahia - UFBA que nos anos 2000 inseriu, com apoio discente a disciplina Administração Política no currículo do



curso de Administração e desde então tem influenciado outras Universidades brasileiras na autocrítica e reflexão quanto ao papel do administrador e quanto sua à formação. O texto fundamenta-se em quatro relatos de experiências de ensino e aprendizagem, vivenciadas por instituições educacionais brasileiras (UFBA, UFJF, UFMG e FTC).

O segundo trabalho faz uma análise comparativa de duas perspectivas de gestão pensadas por pesquisadores brasileiros, uma liderada por Reginaldo Souza Santos da Universidade Federal da Bahia (UFBA), denominada Administração Política e outra capitaneada por Luiz Carlos Bresser Pereira da Fundação Getúlio Vargas (FGV), designada de Novo Desenvolvimentismo. O texto evidencia os elementos aproximadores e distanciadores dessas duas propostas de gestão e questiona a originalidade dos modelos.

O terceiro trabalho, *Administração Política: por uma agenda de pesquisa marxista*, evidencia os avanços elaborados no âmbito das discussões acerca da Administração Política para o campo da Administração; apontar os limites presentes na proposta da Administração Política para que ela cumpra sua própria teleologia, ou seja, garantir o bem-estar social e propõe o referencial marxiano como base teórico-metodológica mais consistente para compreender as mazelas decorrentes da gestão capitalista, colocando a classe trabalhadora como



ator principal das relações sociais de produção, distribuição e consumo e não, necessariamente, o Estado, como imaginam os percussores da Administração Política.

Finalmente, o quarto trabalho, *A superexploração da força de trabalho no Brasil: contribuições para a administração política e o entendimento da particularidade do capitalismo brasileiro*, faz uma análise sociohistórica do processo de exploração da classe trabalhadora brasileira, com base no conceito de superexploração, desenvolvido por José Chasin em sua tese da Via Colonial e por Ruy Mauro Marini no desenvolvimento da Teoria Marxista da Dependência.

Em síntese, trata-se de trabalhos que visam interpretar a sociedade por outras bases teóricas alternativas ao *mainstream* do pensamento econômico, administrativo e organizacional vigente. O leitor se defrontará com a leitura de textos que resumem uma parte importante de 20 anos de esforços empreendidos pela rede de pesquisadores em Administração Política, que, de alguma forma, tentam explicar os propósitos e denunciar as contradições epistêmicas, metodológicas e praxiológicas do capitalismo contemporâneo.

No mais, agradecemos aos autores pela importante e relevante contribuição; ao Editor-chefe da Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Professor



Luiz Alex Saraiva, pela confiança, parceria e apoio; estendendo o agradecimento a toda sua equipe e, para todos, desejamos uma boa leitura e um bom proveito do dossiê.

## REFERÊNCIAS

Hobsbawm, E. (1995). *A era dos extremos – o breve Século XX (1914-1991)*. (2a. ed.). São Paulo: Cia das Letras.

Ribeiro, J. U. (2006) [1968]. *Política e administração. Organizações & Sociedade*, 13(37), 164-193.

Santos, R. S. (2004). *A administração política como campo de conhecimento*. São Paulo: Mandacaru.

Santos, R. S. & Ribeiro, E. M. (1993). A administração política brasileira. *Revista de Administração Pública*, 27(4), 102-135.

Santos, R. S., Ribeiro, E. M., & Santos, T. C. S. (2009). Bases teórico-metodológicas da administração política. *Revista de Administração Pública*, 43(4), 914-941.



## Administração Política: ensino, pesquisa e prática

### Resumo

O texto faz uma breve reflexão do capitalismo contemporâneo e de suas falsas promessas de bem-estar social. O discurso da modernidade, da prosperidade e da paz perpetua se desfaz diante das estatísticas de acumulação da riqueza e distribuição da pobreza extrema. A causa disso é um modelo de gestão que mina a democracia e torna mais difícil o desenvolvimento da humanidade. Para discutir e debater essa conjuntura, apresentamos os fundamentos dos trabalhos que compuseram o dossiê Administração Política: ensino, pesquisa e prática, publicado nesta edição especial da Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade. O dossiê sintetiza o esforço coletivo de um grupo de estudiosos que formam a Rede de Pesquisa em Administração Política (RPAP).

### Palavras-chave

Ensino da Administração Política. Administração Política Brasileira. Administração Política Marxista.

# Political administration: teaching, research and practice

## Abstract

The text reflects on contemporary capitalism and its false promises of social welfare. The discourse of modernity, prosperity and perpetual peace undo itself the face of statistics accumulation of wealth and distribution of extreme poverty. Because of this, it is a management model that undermines democracy and make the development of humanity more difficult. To discuss this situation, it was presented the fundamentals of the papers that composed the Political Administration Dossier: teaching, research and practice, published in this special issue of Farol – Journal of Organizational Studies and Society. The dossier synthesizes the collective effort of a group of scholars that form the Research Network on Political Administration (RPAP).

## Keywords

Teaching of Political Administration. Brazilian Political Administration. Marxist Political Administration.





# Administración política: enseñanza, investigación y práctica

## Resumen

El texto hace una breve reflexión del capitalismo contemporáneo y de sus falsas promesas de bienestar social. El discurso de la modernidad, de la prosperidad y de la paz perpetua se deshace ante las estadísticas de acumulación de la riqueza y distribución de la pobreza extrema. La causa de ello, es un modelo de gestión que mina la democracia y hace más difícil el desarrollo de la humanidad. Para discutir y debatir esta coyuntura, presentamos los fundamentos de los trabajos que compusieron el dossier Administración Política: enseñanza, investigación y práctica, publicado en esta edición especial de Farol – Revista de Estudios Organizacionales y Sociedad. El dossier sintetiza el esfuerzo colectivo de un grupo de estudiosos que forman la Red de Investigación en Administración Política (RPAP).

## Palabras claves:

Enseñanza de la Administración Política. Administración Política Brasileña. Administración política Marxista.



## Autoria

### Elinaldo Leal Santos

Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. <http://lattes.cnpq.br/9619335535635232>. <https://orcid.org/0000-0001-8423-8830>. E-mail: [elinaldousesb@gmail.com](mailto:elinaldousesb@gmail.com).

### Elizabeth Matos Ribeiro

Doutora em Ciências Políticas e da Administração pela Universidade de Santiago de Compostela. Professora Associada da Universidade Federal da Bahia. <http://lattes.cnpq.br/8446377792278288>. <https://orcid.org/0000-0003-4976-9761>. E-mail: [ematos@ufba.br](mailto:ematos@ufba.br).

### Fábio Guedes Gomes

Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas. <http://lattes.cnpq.br/6641021807409592>. <https://orcid.org/0000-0003-3901-0591>. E-mail: [fbgg30@yahoo.com.br](mailto:fbgg30@yahoo.com.br).

## Reginaldo Souza Santos

Doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas.

Professor Titular da Universidade Federal da Bahia.

<http://lattes.cnpq.br/9310336811931927>. <https://orcid.org/0000-0001-6046-0103>. E-

mail: [rsouza@ufba.br](mailto:rsouza@ufba.br).

## Endereço para correspondência

Elinaldo Leal Santos. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Estrada do Bem Querer, km 4, Caixa Postal 95, Vitória da Conquista, BA, Brasil. CEP: 45083-900. Telefone: (+55 77) 34238658.

## Como citar esta contribuição

Santos, E. L., Ribeiro, E. M., Gomes, F. G., & Santos, R. S. (2017). Administração política: ensino, pesquisa e prática. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(10), 505-523.

*Contribuição Submetida em 16 jul. 2017. Aprovada em 16 jul. 2017. Publicada online em 20 out. 2017. Sistema de avaliação: Convite. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editorxs Especiais: Elinaldo Leal Santos, Elizabeth Matos Ribeiro, Fábio Guedes Gomes e Reginaldo Souza Santos.*

